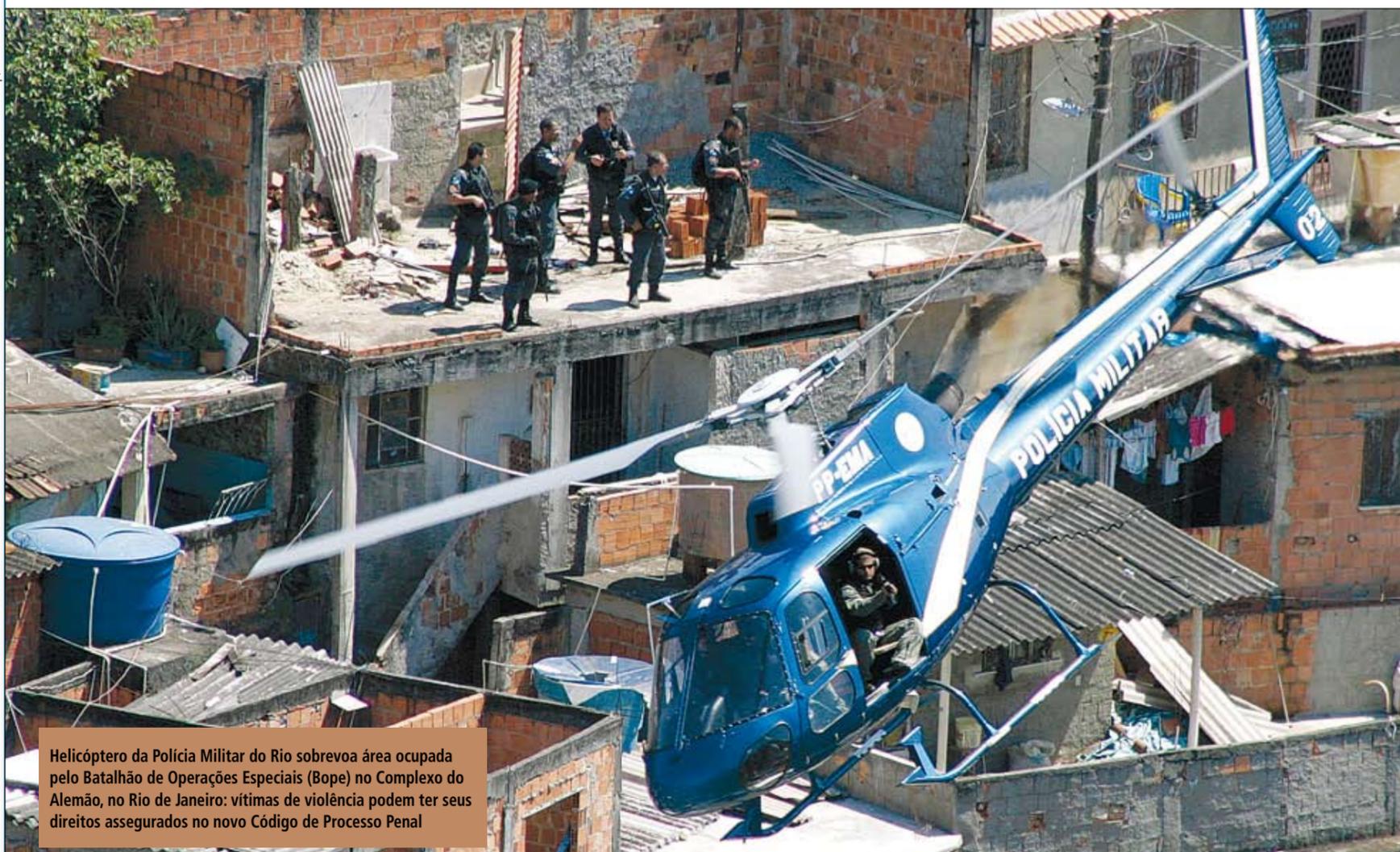


especial
Cidadania

Comissão especial que discute o novo Código de Processo Penal deve votar hoje o relatório sobre as 214 emendas apresentadas pelos senadores

Novo CPP amplia direitos para dar voz a vítimas de violência

Pedro Pimenta/Jornal O Povo



Helicóptero da Polícia Militar do Rio sobrevoa área ocupada pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro: vítimas de violência podem ter seus direitos assegurados no novo Código de Processo Penal

O Brasil enfrenta altos índices de criminalidade, mas ainda assim as vítimas da violência e seus familiares têm pouca voz e são muitas vezes arrastados para dentro de intrincados processos

judiciais. Corrigir esse equívoco e estabelecer no país uma cultura da pacificação são algumas das modernizações previstas no novo Código de Processo Penal. Hoje, dois dias após a histórica ação policial para

ocupar o Complexo do Alemão, no Rio – elogiada ontem por vários senadores –, a comissão especial analisa as 214 emendas apresentadas ao texto em Plenário após a aprovação em primeiro turno, dia 9. **4 e 5**

Parlasul busca acordo para representação proporcional

Parlamento do Mercosul está próximo de fechar fórmula para eleição dos representantes dos países membros. **7**

Mais seis vêm ao Congresso explicar obras irregulares **3**

Plenário exalta legado de Petrônio Portella

O ex-senador foi apontado pela unanimidade dos discursos como artífice essencial para a redemocratização. **6**

Iracema, viúva do ex-senador Petrônio Portella, recebe o cumprimento do presidente do Senado, José Sarney



J. Freitas/Senado Federal

Antes de chegar, Código Florestal já gera polêmica

Ainda à espera de votação na Câmara, projeto já provoca divisão entre senadores ruralistas e ambientalistas. **8**

DataSenado: brasileiro quer imprensa livre e democracia **2**

Brasileiros valorizam a liberdade de imprensa

Para 85% dos entrevistados pelo DataSenado, essa é premissa da democracia, apontada como "a melhor forma de governo" por 83% das pessoas

PESQUISA DO DATASENADO revelou que para 83% dos brasileiros "a democracia é sempre a melhor forma de governo" e que, para 73%, muitos partidos políticos prejudicam a democracia no país. O levantamento ouviu 1.325 cidadãos maiores de 16 anos, com acesso a telefone fixo, em 119 municípios de todas as regiões do país, incluídas todas as capitais. A margem de erro da

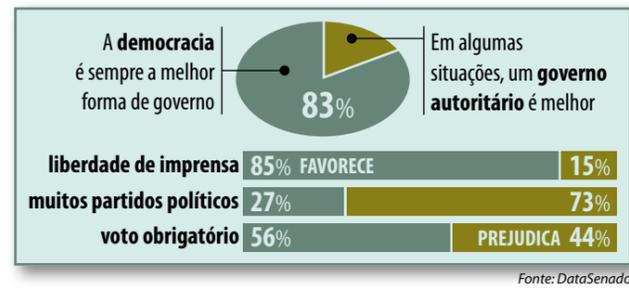
pesquisa é de 3%.

Além do multipartidarismo, o levantamento também investigou a opinião dos entrevistados sobre outras duas premissas democráticas. Para 85%, o conceito de "liberdade de imprensa" favorece a democracia brasileira. Por sua vez, o voto obrigatório divide mais opiniões: 56% acham que ele favorece a democracia, enquanto 44% entendem que a

obrigatoriedade do voto é prejudicial à democracia no Brasil.

Mais de 75% dos entrevistados consideram o Congresso Nacional muito importante para a democracia brasileira, enquanto 16% dizem ter pouca importância e 6%, nenhuma importância. Os entrevistados de maior escolaridade foram os que mais reconheceram o valor do Parlamento (82%).

Em defesa da democracia



Diretor da CGU fala em fórum de polícias legislativas

O 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa foi aberto ontem com palestra de Gilson Libório, diretor de Informações Estratégicas da Controladoria-Geral da União (CGU). Ele destacou a importância da tecnologia da informação e o papel dos especialistas de diversas áreas que, em investigações de grande porte, produzem dados que subsidiam, por exemplo, as atividades das comissões parlamentares de inquérito, como foi o caso da CPI das Ambulâncias.



Gilson: importância da tecnologia de informação

Gilson citou o uso de softwares que permitem cruzar informações e identificar padrões atípicos em transações financeiras, como no caso de contas que, "a cada vez que recebem o depósito de um determinado valor, transferem, por exemplo, 30% desse valor para a conta X e 10% para a conta Y".

Observou que esses padrões, que podem ser indícios de irregularidades no âmbito de uma investigação, não seriam constatados em uma análise meramente visual, feita "no braço", até porque nessas investigações trabalha-se com uma quantidade de dados realmente muito grande.

Esse, aliás, é um dos primeiros passos nas atividades que Gilson coordena: reunir várias bases de dados, de diferentes formatos e características, e uniformizá-las numa nova base, a partir da qual se possam extrair informações importantes para a investigação em curso.

A reunião de abertura do fórum, que se encerra amanhã, contou com a presença do diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra. Um dos objetivos do encontro, segundo o diretor de Polícia Legislativa da Casa, Pedro de Carvalho, é o intercâmbio de informações e experiências entre as várias polícias legislativas. O evento é realizado no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Solidariedade ao povo palestino

14h Os senadores comemoram o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Na sessão deliberativa, proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Presidência João Bernardo Bringel visita Sarney

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 16h50, recebe o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, João Bernardo Bringel.

Exposição Último dia de mostra

9h Último dia da exposição *Artistas Brasileiros 2010*, promovida pela Secretaria de Relações Públicas e pela Comissão Especial Curadora de Artes Plásticas do Senado Federal, no Salão Branco do Congresso.

Orientação Finanças pessoais dos servidores

A Secretaria de Recursos Humanos do Senado realiza até quarta-feira a 1ª Semana de Orientação Financeira. Hoje, entre outras, palestra do consultor legislativo Paulo Roberto Alonso Viegas sobre "Finanças pessoais - organizando suas finanças".

CE Educação integral

9h30 A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa a criação de um programa destinado a estruturar uma rede de unidades de educação infantil, públicas e privadas sem fins lucrativos, gratuitas e em regime de tempo integral.

CRA Controle de agrotóxicos

9h30 A comissão debate os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país. Participam o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária José Agenor Álvares da Silva; e o professor da Unesp Geraldo Papa.

CAE Prazo maior para pagar o Fies

10h Com 25 itens na pauta, a Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que dá aos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) prazo maior para quitação do financiamento.

CMO Obras irregulares

10h A Comissão Mista de Orçamento analisa obras com indícios de irregularidades com representantes da Secretaria Especial de Portos, da Infraero e dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades.

Código Reforma eleitoral

10h Audiência pública para discutir propostas de reforma do Código Eleitoral. O debate é uma iniciativa da comissão de juristas instituída pela Presidência do Senado para apresentar um anteprojeto de novo código.

Polícia Fórum nacional

10h Segundo dia do 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa - "Garantindo a Independência do Poder Legislativo", uma iniciativa da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado.

CMA Emendas ao Orçamento

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa emendas ao Plano Plurianual para 2008-2011.

CPC Código de Processo Civil

15h Votação do relatório final do novo Código de Processo Civil na comissão especial temporária destinada ao exame da matéria.

Agenda Lançamento de coletânea

18h30 O Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado lança a *Agenda legislativa para o desenvolvimento nacional*, uma coletânea de artigos elaborados por consultores e outros especialistas.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Humberto Veiga falou sobre como a ansiedade pode prejudicar as finanças

Diretora de Recursos Humanos ressalta iniciativa

Na abertura das atividades, a diretora de Recursos Humanos do Senado, Doris Peixoto, ressaltou os motivos da realização da iniciativa.

– É um desafio grande as organizações reconhecerem este tema como passível de ser trabalhado. Temos feito um esforço para enxergar as necessidades dos servidores, focando uma melhor produtividade.

A ansiedade, a falta de planejamento e a necessidade levam as pessoas a contraírem empréstimos que diminuem sua renda, segundo o consultor da Câmara Humberto Veiga.

– Muitas vezes ouvimos falar de crédito, mas nem sempre as pessoas imaginam os efeitos políticos sobre a abundância do crédito e como ele aumenta a pressão para o consumo.

Senado promove orientação financeira para servidores

O Senado iniciou ontem A 1ª Semana de Orientação Financeira, criada para ajudar servidores ativos e aposentados, assim como seus familiares, a evitar dificuldades nas finanças pessoais.

Promovida pela Secretaria de Recursos Humanos do Senado, a semana reunirá até amanhã especialistas em finanças, que prestarão informações gerais e atendimento individualizado.

Ontem, na abertura do evento, o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Humberto Veiga falou sobre "Crédito, superendividamento e custo da ansiedade". Hoje, a partir das 9h30, o especialista em educação financeira Álvaro Modernell fará a palestra "Dívidas: como resolver e como evitar". Às

15h, será a vez do professor e consultor legislativo Paulo Roberto Alonso Viegas, com "Finanças pessoais: organizando suas finanças".

Amanhã, às 8h30, especialistas do Instituto Brasileiro de Estudos e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec) farão palestra sobre endividamento, seguida por atendimento individual a participantes previamente inscritos. Às 10h, a equipe do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser), da Câmara dos Deputados, realizará a dinâmica "Emoção e dinheiro".

As atividades da 1ª Semana de Orientação Financeira acontecem nas instalações do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Secretaria de Edição e Publicação do Senado Federal (Seep).

Hoje, os parlamentares ouvem representantes da Secretaria Especial de Portos, da Infraero e dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades

Diego Pizone/Agência Petróleos



A obra de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) está entre aquelas listadas pelo TCU com suspeitas de irregularidades

Análise sobre as dez grandes áreas fica pronta até sexta

As emendas ao projeto do Orçamento de 2011 passaram, no fim de semana, por um exame preliminar do comitê de admissibilidade coordenado pelo deputado Luciano Castro (PR-RR) e já estão à disposição dos relatores setoriais. A análise sobre as dez grandes áreas (veja tabela) deve estar pronta até sexta-feira para entrar na pauta da CMO nos dias 7 e 8 de dezembro.

O relator-geral do Orçamento, senador Gim Argello (PTB-DF), informou à Agência Senado que o comitê de admissibilidade encontrou problemas em 322 das 10.040 emendas e deu prazo até amanhã para que seus autores façam os ajustes.

Receita

Hoje, Gim Argello deve se reunir com o relator de receitas da CMO, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), e com o presidente da comissão, deputado Waldemir

Moka (PMDB-MS), para discutir a previsão final do que será arrecadado pela União em 2011. Essa reestimativa de receita deve produzir resultados nos próximos passos do Orçamento da União no Congresso.

Depois de fechar o total da receita para o próximo ano e de posse dos relatórios setoriais aprovados na próxima semana, Gim deve elaborar o relatório-geral, também para deliberação da CMO. A etapa seguinte é a votação no Plenário do Congresso Nacional, que o relator-geral prevê para 22 de dezembro.

Pelo Senado, são relatores setoriais do Orçamento Flexa Ribeiro (PSDB-PA), da área de saúde; Inácio Arruda (PCdoB-CE), de integração nacional e meio ambiente; Gilvam Borges (PMDB-AP), de justiça e defesa; e Adelmir Santana (DEM-DF), de poderes do Estado e representação.

Novas audiências públicas examinam obras irregulares

DIRIGENTES DE MAIS seis órgãos que administram obras com indícios de irregularidades graves, apontados em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), devem ser ouvidos nesta semana pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Depois dessas audiências, a CMO decidirá se suspende ou se mantém verbas do Orçamento nessas obras.

Para hoje estão previstas duas audiências: às 10h, com representantes da Secretaria Especial de Portos e do Ministério da Integração Nacional; e às 15h, com dirigentes da Infraero e do Ministério das Cidades. Na quinta-feira devem ser ouvidos representantes da Petrobras (10h) e da Eletronorte (15h).

As obras sob análise da CMO integram uma lista de 32 com indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU.

As audiências estão previstas no artigo 98 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nelas, representantes dos órgãos envolvidos expõem as medidas saneadoras já tomadas e as razões para não paralisar as obras.

Verbas

Representantes do TCU também devem expor os indícios de irregularidades detectados nas auditorias e, se eles persistirem mesmo depois do anúncio das providências e das explicações dos gestores, a CMO poderá incluir a obra no Anexo 6 da proposta orçamentária, o que significa congelar a transferência de verbas da União. Na sanção do Orçamento de 2010, o presidente da República vetou a decisão do Congresso que coloca no Anexo 6 quatro empenhamentos da Petrobras.

O Congresso também pode autorizar a continuidade de obras com irregularidade. De um total de dez obras com indícios de irregularidades graves examinados em audiência pública no dia 25, seis tiveram os problemas solucionados. As providências em relação a cinco dessas obras foram anunciadas pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot: rescisão de contratos e de convênios com preços superfaturados. Já o presidente da Valec, José Francisco das Neves, anunciou medidas para sanar restrição à competitividade na licitação para construir a Ferrovia de Integração Oeste-Leste: foram adotadas as recomendações do TCU, com a publicação de novo edital para a concorrência.

Paim lembra luta pela valorização do salário mínimo

Paulo Paim (PT-RS) lembrou em Plenário, a "luta histórica" ao longo de diversos governos para que o salário mínimo alcançasse um valor digno. Ela destacou a conquista obtida no governo Lula de um salário mínimo de quase US\$ 300, graças à política de reajustes que vincula os aumentos à variação da inflação e ao crescimento do produto interno bruto (PIB).

O senador mencionou diversos períodos, a partir da década de 50, em que o salário mínimo teve perdas em relação às vantagens conquistadas em 1940, quando alcançou o valor de US\$ 100. Essa perda teria chegado a 69% do valor de 1940 em 1970, apesar do crescimento econômico obtido na época do regime militar.

Em 1983, recordou, nova perda comparada a 1940, desta vez de 43%, segundo o Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) até chegar ao momento



Paulo Paim destaca conquista no governo do presidente Lula

atual, com uma política de revalorização do mínimo, que está atualmente pouco abaixo de US\$ 300.

Paim também parabenizou Pedro Simon (PMDB-RS) pelo lançamento do livro *A diáspora do povo gaúcho*. Ele participou do lançamento da obra, domingo, no Centro de Tradições Gaúchas Jayme Caetano Braun, em Brasília.

– Ao ler aqui sobre a dramática aventura que, nos últimos 30 anos, transformou o Brasil num dos principais celeiros do mundo, você, gaúcho e brasileiro, sentirá orgulho ao descobrir que os gaúchos foram os bandeirantes do século 20 – afirmou.

Papaléo: "bomba" econômica espera por Dilma

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse ontem que a presidente eleita, Dilma Rousseff, precisa ter bom senso e acabar com "os aloprados" que continuaram no governo, pois uma "bomba econômica" será jogada em seu colo no dia 1º de janeiro. Segundo ele, essa "bomba" seria a real situação econômica, que teria sido escondida durante a campanha eleitoral para não explodir agora e prejudicar a popularidade do presidente Lula.

– Já querem comprar o AeroDilma, que deve custar cinco vezes mais do que custou o AeroLula. Por que? Porque o que o outro usou a gente não deve usar porque pode dar azar. Enquanto estamos lutando pela observância das ações do governo na área social, principalmente, os aloprados estão pensando em comprar um avião muito mais moderno e cinco vezes mais caro do que custou o avião que servia e que serve ao presidente da República – denunciou.



Papaléo defende reajustes reais para os aposentados

Papaléo defendeu reajustes reais para os aposentados e lembrou a promessa do então candidato à Presidência José Serra (PSDB) de conceder 10% de reajuste aos aposentados e pensionistas e aumentar o salário mínimo para R\$ 600. O senador também defendeu a extinção de pelo menos 20 mil cargos de confiança com altos salários criados no governo Lula.

– O governo Lula não fez privatizações evidentes, ele privatizou o próprio governo. Como? Criando milhares de cargos públicos e ministérios para atender aos companheiros do PT e os aliados.

Dornelles critica acordo tributário com EUA

O acordo de troca de informações de natureza tributária assinado recentemente entre Brasil e Estados Unidos foi criticado ontem por Francisco Dornelles (PP-RJ). Esse acordo "contém cláusulas extremamente perigosas e que afrontam todo o ordenamento jurídico do Brasil", observou.

Dornelles disse que está examinando o acordo, que deve ser ratificado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Sua tendência é apresentar um parecer contrário à aprovação, anunciou.

O senador assinalou tópicos do acordo, como o de que o Brasil deverá fornecer informações ao governo norte-americano "mesmo se o Brasil delas não necessitar para propósitos tributários próprios". Outro item determina que, a pedido dos EUA, o Brasil deverá obter livros, documentos e registros originais e outros documentos, como informações de



Dornelles diz que poderá dar parecer contrário à aprovação

porte de bancos e outras instituições, além de dados referentes à propriedade de empresas, parcerias e fundações.

– Podemos ser obrigados a prestar aos Estados Unidos informações sobre empresas brasileiras, sobre segredos brasileiros, sobre patentes desenvolvidas no Brasil – alertou.

De acordo com o senador, as autoridades brasileiras alegam que um artigo no acordo diz que o Brasil não é obrigado a fornecer essas informações. Mas Dornelles argumenta que quem vai dizer se o Brasil deve prestar ou não as informações é o secretário da Receita Federal.

“Código permitirá ao país criar a cultura da pacificação”

O modelo atual de Código de Processo Penal tutelou as vítimas de crimes, mas sua reforma, adequada à Constituição de 1988, avança para que se desenvolva a “cultura de pacificação”, como explica o procurador regional do Distrito Federal Eugênio Pacelli, relator da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto (leia a íntegra em www.senado.gov.br/jornal).

O Ministério da Justiça desconhece a existência de associações de apoio às vítimas de violência, como as que atuam em países europeus. Como se explica isso em um país tão violento, tão desigual, com alto índice de criminalidade e de violação de direitos humanos?

Pacelli – Acho que uma delas decorreria do alto grau de frustração popular com os poderes públicos, de modo geral. Outra poderia se encontrar nas dificuldades operacionais de gestão de entidades privadas, a demandar um elevado nível de mobilização. A questão da violência no Brasil nunca foi suficientemente explorada na perspectiva da vítima. Talvez isso decorra de uma incompreensão generalizada acerca dos limites e das consequências do Direito Penal. Um país com o estágio crítico atual do modelo penitenciário não parece disposto a rever sua política criminal.

Quais os pontos mais importantes para o cidadão do novo capítulo do CPP que assegura os direitos às vítimas?

Pelo Direito Penal, o Estado se vê obrigado a agir, tão logo tenha notícia de um crime de ação penal pública, muitas vezes contrariamente aos desejos da vítima. O PLS 156/09 busca diminuir esses efeitos nos crimes patrimoniais, praticados sem violência e sem grave ameaça. Muitas vezes, a vítima não tem qualquer interesse em “entrar no sistema penal”. O modelo atual não permite isso. Reconhecer uma certa autonomia da vítima já implicaria uma modificação no tratamento de sua posição no fato, facilitando a abertura de uma perspectiva penal ligada mais à restauração dos danos que propriamente à aplicação de uma pena privativa da liberdade. E isso já significa um pequeno, tímido, mas efetivo avanço. Diminuir



Eugênio Pacelli prevê que Estado precisará se ajustar ao novo CPP

a incidência do sistema, criar uma cultura de pacificação, quando possível, parece-nos o mais importante.

A vítima vai estar realmente com seus direitos assegurados ou será mais um documento legal funcionando como uma carta de intenções?

Esperamos que não seja apenas mais uma carta de intenções. Mas, como toda legislação desse nível, dependerá de ações concretas do poder público. Instituir direitos sem fornecer os meios de sua defesa e de seu exercício é mera simbologia do bem. No entanto, a lei é um primeiro passo.

Quais as políticas públicas necessárias, que deverão ser, a seu ver, implementadas pelo Executivo?

A criação de entidades voltadas para o atendimento às vítimas (assistência social, psicológica, médico-ambulatorial etc.) é de fundamental importância. E, mais que isso, sequer implicará esforços acima daqueles já de responsabilidade do Estado. As delegacias de polícia deverão receber maiores cuidados, de modo a se criar um ambiente de maior respeito e conforto às vítimas de crimes. A Lei Maria da Penha já prevê algo no mesmo sentido.

Reforma do CPP inova ao assegurar direitos à vítima e a seus familiares

Comissão especial vota hoje o relatório de Renato Casagrande sobre as 214 emendas apresentadas ao texto aprovado pelo Plenário no último dia 9

APESAR DOS ELEVADOS índices de violência no Brasil, só agora, com a reforma do Código de Processo Penal (CPP), a vítima vai ter seus direitos assegurados legalmente, dentro de um capítulo específico. “É uma inovação e uma grande contribuição para o exercício da cidadania. A vítima e seus familiares passam a ter voz”, ressalta o senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da comissão especial de reforma do CPP.

O capítulo, segundo o senador, deve ser mantido pela comissão, que vota hoje, a partir das 14h, o seu parecer sobre 214 emendas apresentadas ao texto que o Plenário aprovou em primeiro turno no dia 9. O projeto de CPP (PLS 156/09) foi apresentado pelo presidente do Senado, José Sarney. A previsão de Casagrande é submeter a proposta ao Plenário até 15 de dezembro.

Pelo código atual, datado de 1941, “a vítima é tutelada pelo Estado”, afirma o professor de Processo Penal da Universidade Federal do Paraná Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, que integrou a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto. A preocupação dessa comissão era, conforme Coutinho, não só dar cidadania ao réu, mas reconhecer os direitos da vítima, que ganha lugar de destaque.

Ela adquire, por exemplo, o direito de exigir o exame de corpo de delito, receber atendimento médico e atenção psicossocial, ser tratada com dignidade e respeito, ser informada desde a prisão até a absolvição ou condenação do acusado e obter cópias de peças do inquérito policial e do processo penal (exceto quando



Homem é baleado no conflito entre policiais e traficantes no Rio de Janeiro: proposta de reforma do código reserva um capítulo específico para vítimas

devam permanecer em estrito sigilo).

Alguns dispositivos já estão previstos em outras normas, como a Lei Maria da Penha, que prevê a atenção psicossocial, o encaminhamento a casas de abrigo e programas de proteção da mulher vítima de violência doméstica. “Mas é importante um capítulo que reúna e deixe claro todos esses direitos”, avalia o secretário de Reforma do Judiciário, Marivaldo de Castro Pereira, em entrevista ao **Jornal do Senado**.

Iniciativas

O Executivo, segundo o secretário, já está demonstrando que é capaz de montar estrutura que viabilize na prática essa nova legislação. Por meio de convênios, a Secretaria de Reforma do Judiciário conseguiu implantar 22 dos 43 juizados especiais de combate à violência doméstica familiar contra a mulher, em atendimento à Lei Maria da Penha. Além disso, está nos planos do ministério apoiar iniciativas que melhorem a implementação do Estatuto da Criança e do

Adolescente.

Diferentemente de vários países europeus – que possuem organizações da sociedade civil em apoio e proteção às vítimas de infrações penais –, o Brasil ainda não tem um movimento organizado em moldes semelhantes. Na Europa, as organizações prestam atendimento psicológico, jurídico e social, principalmente aos carentes, atuando em colaboração com o governo, como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (Apav), criada em 1990, que chega a atender imigrantes ilegais em Portugal.

A única iniciativa que se propõe a ouvir a vítima, apoiá-la e averiguar se ela prefere um caminho extrajudicial que lhe conforte, ampare e permita reparar o dano causado pelo ofensor ainda está circunscrita a projetos-piloto da Secretaria de Reforma do Judiciário, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Denominada de Justiça Restaurativa, e ainda sem regulamentação (há projeto de lei na Câmara), ela está sendo testada com adolescentes infratores.

Conheça os direitos da vítima garantidos na proposta

» Ser tratada com dignidade e respeito condizentes com a sua situação.

» Receber imediato atendimento médico e atenção psicossocial.

» Ser encaminhada para exame de corpo de delito quando tiver sofrido lesões corporais.

» Reaver, no caso de crimes contra o patrimônio, os objetos e pertences pessoais que lhe foram subtraídos, ressalvados os casos em que a restituição não possa ser efetuada imediatamente em razão da necessidade de exame pericial.

» Ser comunicada (por via postal ou endereço eletrônico cadastrado):

a) da prisão ou soltura do suposto autor do crime;

b) da conclusão do inquérito policial e do oferecimento da denúncia;

c) do eventual arquivamento da investigação, para efeito do disposto no artigo 38, §1º;

d) da condenação ou absolvição do acusado.

» Obter cópias de peças do inquérito policial e do processo penal, salvo quando, justificadamente, devam permanecer em estrito sigilo.

» Ser orientada quanto ao exercício oportuno do direito de representação, de ação penal subsidiária pública, de ação civil por danos materiais e morais, da adesão civil à ação penal e da composição dos danos civis para efeito de extinção da punibilidade, nos casos previstos em lei.

» Prestar declarações em dia diverso do estipulado para a oitiva do suposto autor do crime ou aguardar em local separado até que o procedimento se inicie.

» Ser ouvida antes de outras testemunhas, respeitada ordem prevista no artigo 271.

» Peticionar às autoridades públicas para se informar a respeito do andamento e deslinde da investigação ou do processo, bem como manifestar as suas opiniões.

» Obter do autor do crime a reparação dos danos causados, assegurada a assistência de defensor público para essa finalidade.

» Intervir no processo penal como assistente do Ministério Público ou como parte civil para o pleito indenizatório.

» Receber especial proteção do Estado quando, em razão de sua colaboração com

a investigação ou processo penal, sofrer coação ou ameaça à sua integridade física, psicológica ou patrimonial, estendendo-se as medidas de proteção ao cônjuge ou companheiro, filhos, familiares e afins, se necessário for.

» Receber assistência financeira do poder público, nas hipóteses e condições específicas fixadas em lei.

» Ser encaminhada a casas de abrigo ou programas de proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando for o caso.

» Obter, por meio de procedimentos simplificados, o valor do prêmio do seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores. Os órgãos de segurança pública, do Ministério Público, das autoridades judiciárias, dos órgãos governamentais competentes e dos serviços sociais e de saúde deverão respeitar esses direitos.

» As autoridades terão sempre o cuidado de preservar o endereço e outros dados pessoais da vítima.

» Há outro artigo que estende esses direitos aos familiares próximos e ao representante legal, quando a vítima não puder exercê-los diretamente, como crianças e adolescentes.

Autorização para ação em casos de menor relevância

Outra novidade do novo CPP é que a ação penal nos crimes contra o patrimônio, desde que atinjam exclusivamente bens de particular, e praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, dependerá de autorização da vítima, conforme o artigo 45 do projeto de reforma do código.

Isso se aplica, por exemplo, nos casos de furto de veículos e de residências vazias, estelionato, fraudes que envolvam dano patrimonial, apropriação indébita, entre outros crimes. “O novo CPP passa a exigir que a vítima diga se quer ou não a ação”, explica o consultor do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, que também integrou a comissão de juristas.

A proposta de novo CPP, acrescenta ele, é oferecer instrumentos que permitam ao Judiciário se ocupar dos casos mais complexos e relevantes.

Elogios à operação no Complexo do Alemão

Os senadores saudaram ontem em Plenário o sucesso da operação articulada pelas forças de segurança no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e pediram continuidade da atuação do Estado em comunidades antes dominadas pelo tráfico de drogas. Pedro Simon (PMDB-RS) parabenizou as autoridades pela coordenação entre as polícias militar e civil, com seus grupos de operações especiais, junto com militares das Forças Armadas.

Simon elogia união de forças estaduais e federais



Pedro Simon

A estratégia do governo do Rio de Janeiro que resultou na operação de cerco e ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão e conseguiu, por enquanto, livrar a população local dos traficantes de drogas foi elogiada ontem por Pedro Simon (PMDB-RS). Ele creditou o sucesso da operação à cooperação entre os governos estadual e federal.

Simon elogiou ainda a decisão do presidente Lula de pedir à presidente eleita, Dilma Rousseff, que mantenha o ministro Nelson Jobim à frente do Ministério da Defesa. O senador observou que não é fácil coordenar forças diferentes como as polícias civil e militar com a Polícia Federal, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, como ocorreu nessa operação.

Mozarildo Cavalcanti defende CPI de Fronteiras



Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as fronteiras brasileiras, proposta por Marcelo Crivella (PRB-RJ). O senador pediu o apoio do governo à CPI.

Como presidente da Subcomissão da Amazônia (vinculada à Comissão de Relações Exteriores), Mozarildo disse que fará todo o possível para que seja instalada a CPI. O senador leu trechos de reportagem sobre relatório do serviço de inteligência da Polícia Federal (PF) segundo o qual a guerrilha colombiana, além de violar sistematicamente as fronteiras brasileiras, realiza no país muitos de seus negócios, principalmente o narcotráfico.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também comemoraram a vitória das forças de segurança pública sobre os traficantes, mas apontaram para a facilidade com que drogas e armas entram pelas fronteiras brasileiras. Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu a criação de uma guarda da fronteira.

Em nota, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deu apoio ao uso de forças federais para ocupar o Complexo do Alemão.

Garibaldi exalta trabalho da área de inteligência



Garibaldi Alves

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) classificou como “bem-sucedidas” as operações no Rio, elogiou o trabalho coordenado das forças militares e policiais e destacou o bom serviço realizado pelos serviços de inteligência dessas instituições.

O senador também elogiou a implantação das unidades de polícia pacificadora (UPPs) nas comunidades que deixam de ser controladas pelo crime organizado. Ele sugeriu que os novos governadores que tomarem posse em 2011 busquem profissionais qualificados para a coordenação das secretarias de Segurança Pública.

Para o senador, a segurança pública precisa de mais investimentos e recursos para combater o crime organizado.

Alvaro pede prioridade para as fronteiras do país



Alvaro Dias

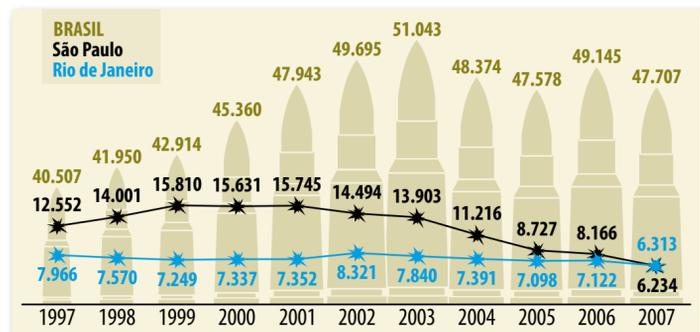
Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou fundamental, para o controle da criminalidade nas favelas cariocas e também em outras metrópoles, o combate ao contrabando de armas e drogas nas fronteiras.

Ele pediu especial atenção para a triplíce fronteira – local em que se unem os limites territoriais de Brasil, Argentina e Paraguai – por onde, segundo ele, entra 80% da droga consumida no Brasil, principalmente por Foz de Iguaçu (PR).

Alvaro aplaudiu a participação das Forças Armadas na ocupação dos morros do Rio de Janeiro. Ele observou que o fato de haver nas ações dos traficantes uma faceta do terrorismo justifica a convocação dos militares.

Mais de 47 mil vítimas por ano

Em uma década, São Paulo reduziu em mais da metade o número de homicídios, ficando abaixo do Rio de Janeiro, que tem uma população menor



Fonte: Mapa da Violência 2010 (Instituto Sangari)

Saiba mais

Integra do parecer de Renato Casagrande
<http://migre.me/2A2eX>

Secretaria de Reforma do Judiciário
<http://migre.me/2A2hv>

Instituto Sangari
www.institutosangari.org.br

Mapa da Violência 2010
<http://migre.me/2A2jk>

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
www.apav.pt

Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília
www.idcb.org.br



CONFIRMA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Mauro Benevides: piauiense viabilizou democracia no país

Ex-senador e atualmente deputado federal, Mauro Benevides (PMDB-CE) disse que "foi graças a esse piauiense que o Brasil conseguiu retornar ao Estado democrático de direito", após a ditadura militar.

– Graças a seu esforço e clareza, que soube sensibilizar o presidente Ernesto Geisel na reorientação da vida política brasileira naquela fase sombria, foi possível vislumbrar a busca da normalidade institucional, com o retorno do país ao Estado democrático de direito – enfatizou.

O deputado lembrou que Petrônio, no Senado e no Ministério da Justiça, soube conduzir de forma "lenta e gradual" o processo para que fossem ultrapassados todos os "embargos" que impediam a redemocratização do país.

– Essa admiração por Petrônio, eu a mantenho em todos os momentos – declarou Benevides, ao observar que o homenageado era um homem público que sabia tanto comandar e decidir quanto "respeitar as opiniões divergentes".

Filha destaca exemplo de humildade

Sabedoria magnânima, tolerância larga, generosidade incansável, senso de humor adorável, elegância imanente e romantismo escancarado. Essas foram as características que Sônia Portella Nunes, emocionada, destacou ao lembrar seu pai, Petrônio Portella. Ela falou em nome de sua mãe, Iracema Portella Nunes, e da família.

Contou que a atividade política aprimorou o interesse de Petrônio pelos problemas do ser humano, aperfeiçoando sua coerência entre o que pensava, falava e fazia. Ele sabia falar por meio de códigos, fazer digressões e sofismas quando as circunstâncias o impediam de falar abertamente, disse.

Sônia salientou ainda a atuação da sua mãe, que "amenizou os fardos que o político e o homem carregaram ao longo da vida", administrando com serenidade e firmeza a pressão que a função política gerava sobre os filhos de Petrônio. Ele vivia com humildade, disse, para servir de exemplo aos filhos.



As filhas Patrícia e Sônia, João Vicente Claudino, José Sarney, Mauro Benevides, Petrônio Filho e Elói Portella

Senado lembra 30 anos da morte de Petrônio Portella

Um dos artífices da abertura democrática brasileira, conciliador, sempre pronto ao diálogo e a enfrentar novas situações políticas. Assim os senadores lembraram Petrônio Portella, em sessão especial realizada ontem, para marcar os 30 anos de sua morte. A homenagem foi solicitada pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

José Sarney ressaltou o papel de Petrônio Portella no processo de transição para a democracia, nos anos que antecederam o fim do regime militar. Ao lado de Sarney, João Claudino e o deputado Mauro Benevides (PMDB-

CE) compuseram a Mesa. Participaram da sessão a viúva de Petrônio Portella, Iracema Portella Nunes, seus filhos e netos e o ex-senador Elói Portella, irmão do político.

Natural de Valença do Piauí, Petrônio Portella foi senador de 1967 a 1974 e de 1976 a 1980. Ocupou a presidência do Senado por duas vezes. Nomeado ministro da Justiça em 1979, no governo João Figueiredo, trabalhou pela restauração do pluripartidarismo e pela anistia. Formado em Direito, foi também deputado estadual (1954-1958), prefeito de Teresina (1958-1962) e governador do Piauí (1962-1966).

Sarney exalta perfil articulador e conciliador

Um político articulador e conciliador, com elevada capacidade de dialogar com os adversários e de se adaptar a novas situações políticas. Esse foi o perfil traçado pelo presidente José Sarney, ao retratar a figura de Petrônio Portella.

– Poucos, na segunda metade do século 20, tiveram a soma de virtudes e um caminho aberto à sua frente como Petrônio Portella. Sua morte prematura foi sentida pelo país inteiro e foi, assim, mais dramática, por ceifar não somente o que foi, mas o que poderia ser – destacou Sarney, depois de lembrar a morte inesperada do político, com apenas 54 anos.

Na homenagem, que serviu para assinalar as três décadas de ausência de Petrônio Portella, Sarney registrou que seu falecimento ocorreu quando o político, então ministro da Justiça do presidente general João Figueiredo, cumpria extensa

agenda de viagens como articulador da transição política. O processo havia se iniciado no governo anterior, do general Ernesto Geisel, dentro da linha que o então presidente denominou de "distensão lenta, gradual e segura".

Como Tancredo Neves, assinalou Sarney, Petrônio entendia que políticos devem esconder seus problemas de saúde. Cardíaco, diabético e fumante, ele recusou internamento hospitalar após mais uma viagem, para a qual já partiu se sentindo mal. Com essa atitude, observou Sarney, o político precipitou sua morte, ocorrida em 6 de janeiro de 1980.

– Petrônio Portella deve ser lembrado, no entanto, pelo que fez. Sua obra de construção da abertura política foi decisiva para que, apenas cinco anos mais tarde, iniciássemos a Nova República, que, por um jogo do destino, caiu em mi-

nas mãos, vitimado Tancredo Neves pela mesma teimosia que derrubara Petrônio – lembrou Sarney.

Militância

Ao traçar o perfil do homenageado, Sarney destacou que Petrônio Portella, numa "carreira fulgurante", chegou ao governo do seu estado em 1962, pela UDN. Foi vice-líder da Arena no Senado e também vice-líder do governo na Casa. Exerceu ainda a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seu primeiro mandato, assumiu a Presidência do Senado.

– Coube-lhe [como ministro da Justiça] enviar ao Congresso a proposta, de grande importância, de anistia política, que permitiu a reintegração de uma importante parcela de políticos e cidadãos afastados pelo regime militar – lembrou José Sarney.

Lobão resalta inteligência e bom senso

Um dos políticos mais brilhantes do Brasil, que teve importante papel na democratização do país, definiu o senador Edison Lobão (PMDB-MA), que



Edison Lobão

tornou-se amigo de Petrônio Portella quando este era prefeito de Teresina, nos anos 1960.

O parlamentar contou ainda que o ex-senador e ex-ministro foi o político mais consultado pelo presidente Ernesto Geisel. Na avaliação de Lobão, Portella era uma "fonte inesgotável de informações, de inteligência e de bom senso".

Para João Claudino, ele foi o grande artífice da abertura

Na avaliação do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), autor do requerimento para a homenagem, Petrônio Portella foi o grande artífice da abertura democrática.

– Petrônio tinha tudo para se tornar o primeiro presidente civil após o ciclo militar – disse João Claudino.

Ele lembrou que o piauiense Petrônio, que iniciou sua carreira política ainda no movimento estudantil, quando cursava Direito, participou de todas as iniciativas que conduziram à redemocratização do país.

Democracia é a sua maior herança, diz Adelmir

Mesmo sem ter convivido com Petrônio Portella (1925-1980), o senador Adelmir Santana (DEM-DF) recorda ter previsto – quando ainda era estudante em Teresina, e Petrônio, prefeito da capital piauiense – que o então político local despontaria no cenário nacional.

– A moderna democracia brasileira é uma herança que Petrônio Portella deixou para o sistema político, pois foi o responsável pelo início do debate que levou à redemocratização do nosso país – afirmou.



Adelmir Santana

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Acir Gurgacz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Países com maior população, como Brasil e Argentina, deverão ter maior número de representantes no Parlasul, mas implantação será progressiva

Brasil poderá eleger 75 pelo voto direto já em 2012

O Brasil poderá eleger diretamente, em 2012, 75 integrantes do Parlasul – e não 37, como se planejava até o momento. A ampliação do número de parlamentares a serem eleitos depende apenas da aprovação, pelo Poder Legislativo do Paraguai, do ingresso da Venezuela no Mercosul, informou ontem o presidente do parlamento do bloco, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Ele relatou aos membros da bancada brasileira os resultados da reunião da Mesa Diretora do Parlasul, domingo. Uma das principais decisões foi o envio de integrantes da Mesa a Assunção, até sexta-feira, para negociar com integrantes do Congresso paraguaio a rápida aprovação do ingresso da Venezuela, já ratificado por Argentina, Brasil e Uruguai.

– Se a Venezuela entrar no Mercosul, o que é provável que aconteça, já elegeremos os nossos 75 parlamentares em 2012 – previu Mercadante, lembrando que o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, reenviou o protocolo de ingresso da Venezuela ao Con-

gresso, de onde o havia retirado quando julgava ser difícil a aprovação da matéria.

Na reunião da Mesa, prosseguiu Mercadante, a representação argentina informou que existiam dificuldades para a aprovação, no Congresso daquele país, da eleição em 2011 de apenas 26 parlamentares, como se previa para a primeira etapa de transição em direção à adoção do critério de representação cidadã – por meio do qual os países de maiores populações terão bancadas maiores no Parlasul. Por isso, os parlamentares argentinos sugeriram que a bancada do país aumentasse em 2011 de forma indireta para 26 integrantes e que, após as eleições, já saltasse para os 43 definitivos.

Pela mesma proposta argentina, o Brasil iniciaria 2011 com 37 parlamentares, ainda indicados de forma indireta, ou seja, por meio da indicação das mesas da Câmara e do Senado brasileiros. A bancada do país aumentaria no começo de 2012 para os mesmos 43 da Argentina. E, após as eleições de 2012, o Brasil passaria a ter 75 parlamentares.



Mercadante, com o deputado José Paulo Tóffano (E) e o embaixador Arslanian

Cúpula deve aprovar Estatuto da Cidadania em dezembro

O Estatuto da Cidadania do Mercosul, acompanhado de metas para os próximos dez anos, poderá ser aprovado na reunião do próximo dia 17, em Foz do Iguaçu (PR), previu ontem, em Montevidéu, o embaixador Regis Arslanian, representante permanente do Brasil no órgão regional.

– Na última cúpula, houve importantes avanços na área comercial, como o acordo para o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Dessa vez, o foco será o cidadão do Mercosul – informou Arslanian aos integrantes da Representação Brasileira no Parlasul, lembrando que antes do encontro será realizada também a décima edição da Cúpula Social do Mercosul.

Uma das principais inovações do estatuto, segundo o embaixador, será a adoção de um cadastro unificado de todas as carteiras de identidade dos países que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Por meio da medida, explicou, será mais fácil a circulação por todo o

Mercosul dos cidadãos dos quatro países.

Outra medida a ser anunciada é a unificação das matrículas veiculares, ou seja, dos cadastros das placas dos veículos que circulam no bloco. A unificação começaria pelas placas de caminhões e ônibus, que muitas vezes cruzam as fronteiras, atualmente, com as placas de dois ou três países ao mesmo tempo.

De acordo com Arslanian, deverá ainda haver medidas de estímulo à ampliação do reconhecimento de títulos de graduação e de pós-graduação emitidos por países do Mercosul.

A importância dessa medida foi ressaltada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que pediu ainda esclarecimentos sobre a competição ou a complementaridade do bloco com outro órgão regional: a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cuja proposta tramita na Câmara. Aloizio Mercadante sugeriu um debate sobre o tema na Representação Brasileira.



Foram aprovadas pelo Parlasul moções de pesar pelo falecimento do senador Romeu Tuma e do ex-presidente Néstor Kirchner

Parlasul prepara acordo sobre critério de representação

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) poderá alcançar um amplo entendimento sobre a progressiva implantação do critério de representação cidadã – que estabelece bancadas maiores para os países de maior população – durante a próxima sessão a ser realizada em Montevidéu, Uruguai, no dia 13 de dezembro.

Argentina e Brasil, segundo o acordo em discussão, terão bancadas maiores a partir de 2011 e deverão colaborar com parcelas maiores do orçamento do parlamento, que poderá chegar a US\$ 1,5 milhão no próximo ano. As contribuições seriam proporcionais ao produto interno bruto (PIB) de cada país. Essa



seria, segundo o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente do Parlasul, uma maneira de contribuir para a “redução de assimetrias” no bloco.

– Estamos chegando a um grande entendimento, que

permitirá ao Parlamento do Mercosul ingressar em uma nova fase – disse Mercadante, ontem, em Montevidéu.

Um dos pontos do entendimento, segundo o senador, é o adiamento da proposta de estabelecer uma data comum a todos os países do bloco para a realização de eleições para o Parlasul. Cada integrante obedecerá a seu próprio calendário eleitoral.

Também serão aceitas as distintas durações dos mandatos em cada um dos países do Mercosul. O Brasil, por exemplo, tem mandatos de quatro anos. Mas Uruguai e Paraguai contam com mandatos de cinco anos, que serão respeitados.

Parlamento presta homenagem a Tuma e Kirchner

O Parlasul aprovou ontem moções de pesar pelo falecimento do senador Romeu Tuma e do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, no final de outubro. Representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ressaltaram as contribuições de ambos à democracia e à integração regional.

O senador Alfredo Cotait (DEM-SP), suplente de Tuma no Parlasul, afirmou que a sua missão em Montevidéu é a de completar o mandato de Tuma.

Presente à sessão, o ex-deputado Robson Tuma, filho do senador, fez um pronunciamento emocionado na tribuna do Parlasul. Disse que seu pai sempre buscou fazer amigos,



Robson Tuma lembra o pai em discurso emocionado em Montevidéu

mesmo em situações difíceis, como o período em que o atual presidente Lula esteve preso na Polícia Federal, durante o

regime militar.

– Quando os filhos de Lula queriam visitá-lo, ele dizia que a visita não era à polícia, mas à pensão do tio Tuma – contou.

O senador Magno Malta (PR-ES) esteve em Montevidéu exclusivamente para prestar sua homenagem a Tuma.

– Ele era um homem absolutamente corajoso, destemido e emocional – recordou.

Em nome da representação brasileira, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) ressaltou a importância da contribuição do ex-presidente Kirchner para a integração regional.

– Quem perde não é só a Argentina, mas todos nós, integracionistas – afirmou.

Decisão abre caminho para concurso público

Todos os contratos de funcionários do Parlasul serão encerrados no dia 31 de dezembro deste ano, decidiu ontem a Mesa Diretora do órgão. Novos contratos serão firmados para os 12 meses seguintes, durante os quais deverá ser preparado um concurso público para a escolha dos funcionários efetivos.

Segundo a decisão da Mesa, a Comissão de Assuntos Internos do Parlasul se encarregará de anali-

sar, durante o primeiro semestre do próximo ano, proposta de estabelecimento de um estatuto dos funcionários do órgão, com regras para a carreira e um organograma de funcionamento. Poderá haver dois núcleos de funcionários – os de carreira, escolhidos por meio de concurso, e os de livre provimento, indicados por nomeações políticas para cargos de confiança.

A única proposta até o mo-

mento de realização do concurso público partiu do deputado Dr. Rosinha (PT-PR). A iniciativa de se propor à Mesa a obrigatoriedade do concurso também foi da representação brasileira.

Para que o concurso se realize no próximo ano, porém, será necessário que o Parlasul aprove o estatuto dos funcionários ainda durante o primeiro semestre, de modo que haja tempo suficiente para elaborar a seleção.

Código Florestal promete disputa voto a voto

O projeto que aguarda votação na Câmara já levanta polêmica entre os senadores. Kátia Abreu e Marina Silva estão em lados opostos na questão

ENQUANTO A SENADORA Kátia Abreu (DEM-TO) defende uma rápida aprovação no Senado, ainda este ano, do novo Código Florestal que tramita na Câmara, a senadora Marina Silva (PV-AC) considera o texto um grande retrocesso na proteção dos recursos florestais e quer ampliar a discussão com a sociedade.

O projeto que tem o apoio de Kátia Abreu já está na pauta do Plenário da Câmara. É o substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao PL 1.876/99, que estabelece nova norma legal para a proteção das florestas. Para Marina, a proposta em análise rompe com o princípio fundamental do código em vigor, que reconhece as florestas brasileiras como de interesse comum a todos os habitantes do país.

– Minha expectativa é de que não seja aprovado na Câmara com esse retrocesso. Mas, se chegar assim ao Senado, não pode ser acolhido. Será preciso que a sociedade se volte para o Senado para evitar que esse imenso retrocesso seja promovido – diz Marina, que aponta os compromissos de combate ao desmatamento já assumidos pelo país nos fóruns internacionais sobre mudanças climáticas.

Marina sugere que o novo



Área típica do pantanal mato-grossense: um dos pontos polêmicos do projeto do novo Código Florestal, que opõe as senadoras Kátia Abreu (E) e Marina Silva, é a porção de mata nativa que deve ser mantida em cada propriedade rural

código seja discutido e aprovado pelos parlamentares da nova legislação, “que estarão aqui para serem cobrados pela sociedade”.

Já Kátia Abreu afirma que os princípios contidos no substitutivo foram amplamente debatidos quando da tramitação do projeto na Câmara.

– Não ficou o ideal como nós, produtores rurais, gostaríamos, mas ficou aceitável. Vamos avançar, precisamos de um código que preserve o meio ambiente e não atrapalhe a produção – diz a senadora pelo Tocantins.

Marina discorda da ideia de que o código atual atrapalhe o

desenvolvimento do Brasil, principalmente no setor agrícola.

– Estudos feitos por instituições sérias de pesquisa mostram que é perfeitamente compatível termos uma agricultura vigorosa sem fazer uma tábula rasa da legislação que protege as florestas – declarou, lembrando que o objetivo do código é proteger a cobertura vegetal do país.

Reserva legal

Uma das críticas de Kátia Abreu ao código em vigor diz respeito à reserva legal, porções de mata nativa que devem ser mantidas no interior das propriedades. Ela afirma que esse instrumento



J. Freitas/Senado Federal



Foto de Márcia Kolumbe/Senado Federal

“não existe em nenhum lugar do mundo”. Para ela, a reserva é uma mata isolada, não favorecendo o fluxo gênico animal e vegetal.

– Uma fazenda serve para produzir alimentos, empregos e lucros. Nos locais onde há risco ao meio ambiente, como as

margens dos rios, devem existir matas ciliares. Mas colocar uma pequena floresta dentro dela, sem nenhum sentido econômico, vai tirar a competitividade dos produtores – declarou Kátia Abreu, que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Novo texto acirra debate entre ruralistas e ambientalistas

A atualização do Código Florestal, que tem 45 anos, é vista como necessária para o país, mas, quanto às novas regras a serem previstas, ruralistas e ambientalistas assumem posições opostas. Três pontos são os mais polêmicos: as normas para as áreas de preservação permanente (APPs), as definições acerca de área de reserva legal (ARL) e a responsabilização por desmatamentos irregulares.

Defendido por representantes do agronegócio, o texto do deputado Aldo Rebelo é criticado pelos ambientalistas, que se articulam em torno de voto em separado apresentado por deputados do PT.

A polêmica em torno das APPs começa na definição das áreas que precisam de proteção legal e, nessa condição, não podem ser exploradas. Os ruralistas querem retirar desse grupo o topo de morros, terras de encostas e áreas em altitude superior a 1.800 metros – hoje considerados de preservação permanente. A proposta em exame na Câmara dá poder aos estados para aumentar ou reduzir em até 50% as faixas mínimas de APPs nas margens de rios. O voto em separado do PT mantém a decisão sobre redução de área com os órgãos ambientais do governo federal, mas abre a estados e municípios a possibilidade de aumentar faixas mínimas para APPs.

Quando à ARL, a principal divergência está em artigo do substitutivo que retira das propriedades de até quatro módulos fiscais a obrigatoriedade de manter reserva. O voto em separado acaba com exigência apenas para propriedades de agricultores familiares com até

um módulo fiscal. Outra questão é a permissão para computar a APP no cálculo da reserva legal, sem os limites do atual código. Os ambientalistas querem que isso seja permitido apenas quando não implicar conversão de novas áreas e para imóvel até quatro módulos fiscais.

O substitutivo ainda condiciona a responsabilização de proprietários em situação irregular à criação de um programa de regularização ambiental pelos governos federal e estaduais e isenta de multa quem desmatou reserva legal antes da publicação do Decreto 6.514/08.

Perfil agrícola do município define módulo fiscal

Uma propriedade rural pode ser classificada em pequena, média ou grande de acordo com o tamanho da área do imóvel, expresso em módulos fiscais. Por sua vez, o tamanho de um módulo fiscal, unidade de medida expressa em hectares, é fixado para cada município, considerando seu tipo de cultura predominante; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações relevantes para o município.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o módulo fiscal equivale a 12 hectares em municípios da Serra Gaúcha, como Bento Gonçalves e Caxias do Sul, e 28 hectares em Bagé.

No Acre, o módulo fiscal é de 100 hectares para a maioria dos municípios, sendo fixado em 70 hectares na capital, Rio Branco. Já no Amazonas, varia entre 80 e 100 hectares, mas em Manaus equivale a 10 hectares.

Em muitas capitais, como Curitiba, Vitória, Rio, Brasília e Recife, o módulo fiscal não passa de 5 hectares.

Informações para todos os municípios do país estão reunidas na Instrução Especial/Incrá 20/80.

O Código Florestal em discussão

CÓDIGO FLORESTAL EM VIGOR – LEI 4.771/65	SUBSTITUTIVO DE ALDO REBELO AO PL 1.876/99	MMA, SUBSTITUTIVO DE DEPUTADOS DO PT
Faixa considerada como APP é contada a partir do nível mais alto do rio.	Faixa considerada como APP é contada a partir do nível mais baixo do rio.	Faixa de terra considerada como APP é contada a partir do nível mais baixo do rio.
Rios com até 10 metros de largura devem ser margeados por 30 metros de APP. A largura da APP aumenta conforme aumenta a largura do rio.	Reduz para 15 metros a APP nas margens de rios com até 5 metros de largura. Para as demais larguras de rios, segue o previsto na lei em vigor.	Mantém a norma hoje em vigor para APP, mas, para rios de até 10 metros de largura, fixa em 15 metros a faixa de recuperação para mata ciliar retirada até 1999.
Considera terras acima de 1.800 metros de altitude, encostas e topos de morros como APP.	Retira do conceito de APP terras acima de 1.800 metros de altitude, encostas e topos de morros.	Mantém norma hoje em vigor, mas abre à propriedade familiar possibilidade de manter cultivos praticados quando da publicação da Lei da Agricultura Familiar.
Exige autorização do Poder Executivo para supressão total ou parcial de vegetação em APP.	Concede aos estados poder para aumentar ou reduzir em até 50% as faixas mínimas de APP.	Autoriza estados, DF e municípios a aumentar faixas mínimas para APP, conforme necessidade de proteção da área.
Determina como responsabilidade do proprietário rural a recomposição da vegetação em APP.	Prevê implantação do Programa de Regularização Ambiental para legalizar cultivos consolidados em APP.	—
Estabelece limites para que APPs sejam computadas no cálculo de reserva legal.*	Permite computar a APP no cálculo da reserva legal, sem os limites do atual Código Florestal.	—
Prevê reserva legal para todas as propriedades rurais, de todos os tamanhos.	Extingue a exigência de reserva legal para propriedades de até quatro módulos fiscais.	Extingue a exigência de reserva legal para propriedades de até um módulo fiscal.
Quando de desmatamento de reserva legal, obriga a recomposição da vegetação, a condução da regeneração natural ou a compensação em área fora da propriedade.	Anistia proprietários que desmataram reserva legal antes de 22 de julho de 2008, data de publicação do Decreto 6.514/08.	Mantém obrigação de recomposição, condução de regeneração ou compensação da fátia desmatada da reserva legal.

(*) Quando a soma da vegetação nativa em área de preservação permanente e reserva legal exceder: a) 80% da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; b) 50% da propriedade rural localizada nas demais regiões do país; c) 25% da pequena propriedade rural